



# Net-ativismo, memória e arquivos: patrimônio digital como instrumento para justiça social

**Maria Thereza Sotomayor**

Doutora em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO),

Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Arquivista na Universidade Federal Fluminense (UFF).

<https://lattes.cnpq.br/2541166906449841>



**Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei**

Doutora em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Professora Titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

<https://lattes.cnpq.br/1112112146102164>

Submetido em: 14/05/2023. Aprovado em: 16/02/2024. Publicado em: dd/mm/yyyy .

## RESUMO

Neste artigo, temos como interesses refletir sobre as relações de poder historicamente construídas por grupos que dominam espaços sociais e os seus desdobramentos na criação da memória oficial, impactada pelo contínuo processo de marginalização de várias populações, dentre elas, a população em situação de rua. A partir disso, pensamos a memória, os arquivos e o patrimônio como potenciais instrumentos, tanto de silenciamento quanto de insurgência de pessoas invisibilizadas. No caso aqui estudado, enfatizamos o potencial transformador e político da memória, assim, ao utilizarmos como *corpus* da pesquisa o perfil da ONG SP Invisível, propomos um trabalho de análise das narrativas geradas por esses movimentos sociais digitais, que surgiram no contexto do início do século XXI, como uma forma de ativismo digital, os quais não se atêm às redes sociais, mas se mantêm enquanto uma ecologia que depende de elementos digitais e humanos para existir e têm como objetivo principal a transformação da realidade a partir da difusão das narrativas de pessoas em situação de rua e/ou marginalidade social. Com isso, procuramos problematizar a banalização do *ethos* neoliberal, que busca nos convencer que sucesso e fracasso são instâncias individuais, de forma que a preocupação com o bem-estar social e o meio ambiente fica em segundo plano e, dentro desse contexto, se apresenta como gasto do Estado, e não como necessidade coletiva. Portanto, observamos como essas iniciativas, criadas em plataformas geridas por grandes corporações, no seio do capitalismo tardio, são capazes de utilizar esses espaços como um meio que entrelaça mídias e movimentos sociais, tornando-se parte integrante do processo de aparecimento de corpos tradicionalmente invisibilizados e estigmatizados.

**Palavras-chave:** memória; patrimônio; narrativas; pessoas em situação de rua; neoliberalismo; arquivos; SP Invisível.

## INTRODUÇÃO

A motivação desta pesquisa tem duas origens: a primeira é a indignação pessoal com as consequências da marginalidade social, tais como as que são vistas nas ruas das cidades, muitas vezes materializadas na figura de pessoas em situação de rua, e a segunda, o interesse nos movimentos sociais digitais que começaram a surgir trazendo as narrativas dessas pessoas para as mídias sociais, como é o caso do perfil de Instagram SP Invisível<sup>1</sup>. Compreendemos que o estudo acerca desses temas não se pode limitar apenas à compreensão técnica do desenvolvimento das tecnologias ou exclusivamente ao impacto social gerado por elas, mas, sim, a “[...] uma ecologia colaborativa que instaura interações experimentais entre dispositivos de conexão, bancos de dados, pessoas e grupos em forma distribuída em cada parte do planeta, provocando em muitos casos rupturas nas estruturas de poder” (Di Felice, 2017, p. 136). Por isso, realizar pesquisa do ponto de vista teórico-técnico se faz necessário.

O perfil foi criado em 2014 com foco no Facebook, e hoje possui mais engajamento no Instagram. Um dos seus traços mais marcantes é o de trazer narrativas visuais (Sotomayor, 2018) — conceito desenvolvido no decurso da dissertação de mestrado — para as mídias sociais em que os protagonistas são pessoas em situação de rua. Tal modalidade narrativa congrega tanto uma biografia contada quanto uma imagem que compõe e dá rosto a essa trajetória. Em sua maioria, os *posts* são fotografias de pessoas em situação de rua combinadas com trechos de suas entrevistas realizadas em várias partes da cidade de São Paulo, procurando despertar afetos na população que tem acesso às tecnologias e não vive a realidade das ruas. No Instagram, a plataforma permite curtidas, compartilhamentos e comentários, além das reações expressas em *emojis*<sup>2</sup>.

Esses perfis carregam fontes de informação e memória acerca de uma população que não pode ser desprezada. Considerando a obsolescência das mídias sociais, o trabalho de intervenção arquivística nesse acervo pode colaborar para que uma memória historicamente negligenciada possa circular e ser ouvida, proporcionando condições de serem vistas para além dos estigmas. Os dados que surgem a partir de suas narrativas podem, ainda, subsidiar e/ou atualizar políticas públicas em prol dessa população se estiverem em conformidade com o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 (Brasil, 2010).

## **VULNERABILIDADE, RESISTÊNCIA E MEMÓRIA**

Pensar sobre uma sociedade que banaliza a existência de seres humanos vivendo em calçadas é também pensar sobre a distribuição desigual da vulnerabilidade e precariedade (Butler, 2015) e da sua conexão com um processo histórico de apagamento de subjetividades e

---

1 Vale ressaltar que existem pelo menos 14 perfis que realizam trabalhos semelhantes, e iremos nos deter em algumas categorias de análises sobre essas outras páginas também, contudo, o foco desta pesquisa será dado apenas a essas duas páginas por questões de facilidade de acesso aos arquivos criados.

2 Ícone utilizado para expressar ou simbolizar uma emoção, símbolo ou objeto a partir de uma imagem.

memórias de populações inteiras. Em muitas das narrativas expostas pela página, encontramos um cenário de invisibilização que ora pode começar no momento em que a pessoa chega àquela condição, ora já é sentida desde quando vivia em alguma residência, neste caso, já em condições precárias e de extrema pobreza. Por isso, propomos, aqui, observar o desenvolvimento da ideologia capitalista neoliberal e como ela orienta o olhar que a sociedade direciona para certos grupos. O questionamento “quais humanos contam como humanos?” (Butler, 2018, p. 43) nos convida a pensar, entre outras coisas, sobre a questão do reconhecimento. Poderíamos mudar a pergunta para “quais humanos são *reconhecidos* como humanos?”, sem que ela perdesse seu sentido. Se assumirmos que todos os humanos são dignos de reconhecimento, precisamos compreender quais mecanismos nos fazem introjetar a ideia de que certos grupos de humanos são menos humanos e, conseqüentemente, dignos de menos respeito do que outros.

Tomando o caso das pessoas em situação de marginalidade social, as representações que as circundam são renovadas de geração em geração e trazem consigo estigmas que foram sendo desenvolvidos há séculos e que funcionam como uma barreira para a integralização real dessas pessoas na sociedade, tornando suas figuras caricaturas do que realmente são. Além disso, é uma forma da sociedade reafirmar que, apesar desses grupos, de alguma forma, fazerem parte da comunidade e do que se considera como humano, não são pessoas como quaisquer outras. São tratados como diferentes, sempre. Com base nesses estigmas, são cometidos diversos tipos de discriminação de cunho socioeconômico, psíquico e/ou físico, o que muitas vezes contribui para que as chances de vida dessas populações sejam reduzidas, visto que, muitas vezes, justificamos nossa animosidade pessoal, institucional ou estatal com base nesse tipo de inferiorização (Goffman, 1984).

Esses estigmas não são isolados e têm como base, em sua maioria, os instrumentos utilizados pelo capitalismo para sustentar, dentre eles, o racismo. Conforme aponta o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018), o biopoder utiliza o racismo como forma de regular a distribuição da morte. Essa morte pode ser direta ou indireta, no sentido de que o Estado encontra justificativas, em geral no contexto da segurança pública, para justificar a morte de pessoas pobres e negras, ainda que afirme que não houve intenção de matar. Este mesmo Estado, por não investir em políticas públicas decentes ou mesmo não ser capaz de garantir que a população mais pobre das cidades viva em condições sanitárias e de segurança decentes, deixa boa parte dessas pessoas em condições de vida tão degradantes que mortes por doenças ou acidentes evitáveis se tornam a norma destes grupos. Essa conexão entre o racismo estrutural presente em nossa sociedade explica o porquê boa parte dos rostos encontrados quando olhamos pessoas em situação de rua são pretos ou pardos. Conforme aponta o Censo de 2020 realizado na cidade de São Paulo, mais de 70% da população é composta de pessoas negras (Sobrinho, 2020, *on-line*). Infelizmente, a pobreza tem cor.

Essa configuração biopolítica foi herdada dos tempos da *plantation*, em que a humanidade desses indivíduos escravizados se transformou numa sombra, uma vez que essa pessoa perdia seu lar, direitos sobre seu próprio corpo e estatuto político, sendo isso

caracterizado tanto como uma alienação de si mesmo quanto morte social (Mbembe, 2018). O Brasil aboliu a escravidão em 1888, há aproximadamente 136 anos, mas teve suas bases sociais forjadas, desde os idos do século XVII, na ideia de que pessoas não brancas são menos humanas que as demais, ditas brancas, ainda que ambas estejam em condições de subalternidade.

Num cenário tão difícil, em que historicamente a população mais carente é invisibilizada ou só é representada em contextos de criminalização ou degradação, coroamos essa realidade com o avanço do neoliberalismo, que nos transforma não só em criaturas solitárias, mas também paranoicas com a existência do outro, o transformamos num perigo e num inimigo. Como, então, pensar em saídas? Primeiramente, devemos desnaturalizar essas normas que se pretendem capazes de dizer quem são os humanos e quem são os quase humanos, entender que se trata de uma moralidade construída a partir de marcadores sociais que dão sustentação ao modo de vida capitalista, em suma, o racismo, o patriarcado e o extrativismo. Dessa forma, ter acesso às narrativas dessas pessoas pode ser um instrumento para posicioná-las na memória coletiva a partir de sua representação midiática, visto que a batalha pela dignidade se torna corpórea para aqueles que foram rebaixados por essa norma e insistem publicamente em existir e ter importância (Butler, 2018).

As mídias sociais entram como potenciais instrumentos para essa aparição, que depende de um corpo de pessoas que se reúnem com esse intento, de modo que a narração de suas trajetórias se torna um mecanismo importante para afetar a sociedade e tornar as suas subjetividades também visíveis. Seja por meio de passeatas ou de outras modalidades de ativismo, é importante que os corpos estejam se juntando (Butler, 2018), e as mídias tornam possível a visualização desse ato político. Nesse sentido, a mídia é parte e documento dessa ação. Por isso, muitas vezes o *smartphone* pode ser testemunha de ações violentas por parte de autoridades, ou documentar os atos, tornando-os públicos, questão central quando se pensa a visibilidade. As referidas ações de alguma forma podem ser capazes de reconstruir o olhar para essas questões e colocar em xeque a hegemonia visual e narrativa que grupos dominantes dão para essa situação.

Conforme afirma Filgueiras (2020), não é o fato social em si — pessoas vivendo nas calçadas e debaixo de viadutos — que torna a questão um problema público. É preciso que o olhar sobre o tema esteja direcionado para um desejo de mudança desse *status quo*, de modo que diferentes atores sejam capazes de identificar esse fenômeno e todas as questões sociais, morais e políticas que estão inseridas, desenvolvendo, a partir disso, estratégias de intervenção (Filgueiras, 2020).

Nesse sentido, casos como o do perfil de Instagram da ONG SP Invisível é emblemático, por fazer um triplo trabalho: estar nas ruas com pessoas em situação de marginalização social e ouvi-las; registrar suas memórias; e tornar essas histórias visíveis em um outro espaço, fazendo com que, além de estarem corporalmente nas ruas, também possam aparecer nas mídias sociais.

Há que se ter cuidado, é claro, com os excessos de memória que esse tipo de mídia é capaz de produzir, pois a possibilidade das informações se perderem em meio à sua grande produção é grande. É possível pensar numa certa saturação de memória pela alta produção de registros em mídias, cada vez mais inseridas no cotidiano da sociedade. Como se, pela sua sobrecarga, pudesse implodir e levar, na realidade, a mais esquecimento do que memória (Huyssen, 2004). Ocorre, para o autor, que, se não houver um olhar crítico para a produção desenfreada de registros memoriais, muito impulsionados pela mídia, podemos viver uma certa banalização da própria memória, que se torna apenas mais um produto a ser comercializado, assim como o trauma, que muitas vezes entretém tanto quanto o divertimento (Huyssen, 2004).

Por isso, a partir do processo de valoração e observação, diante de tantas produções de registros por dia nessas mídias, escolher olhar atentamente para a produção desses perfis é importante, mesmo que mediante uma crítica da possibilidade de banalização da memória, ou excesso de sua produção. Assim, o esforço de preservação, que inclui trabalho de avaliação e seleção, se faz necessário, usando como baliza a justiça social e o direito à memória.

A força desses movimentos está na narrativa visual, que é o que conecta todas as partes do processo e conquista mais agentes para a causa. A composição dessa narrativa é feita por fotografias ou vídeos de pessoas em situação de vulnerabilidade, com foco em seus rostos e expressões faciais, e, abaixo, por descrição, que, em geral, é um resumo da sua história de vida, contendo idade, região onde vive (ou pelo menos onde foi realizada a entrevista), somadas a informações de como ajudar.

As pessoas só podem acessar a plataforma do Instagram via um dispositivo, (*hardware*), seja computador, *tablet* ou celular, e só se conectam com essa mídia social porque estão interessadas em interagir com os perfis que nela estão hospedados, seja de amigos, instituições ou pessoas públicas. Cada perfil contém registros de atividades, cotidianas ou não. Em sua maioria, são imagens, em movimento ou estáticas, que mantêm o engajamento da plataforma, o que faz com que essa ecologia colaborativa dos net-ativismos seja possível, porque o que está acontecendo com pessoas que vivem em situação de rua é reportado à rede a partir de imagens, em geral acompanhadas de uma descrição.

No PNDH-3 (Brasil, 2010), ações voltadas para a população em situação marginalizada aparecem no documento em diferentes perspectivas, dentre elas, inclusão social, cidadania plena, garantia do acesso à moradia, acesso a serviços de saúde pública de qualidade e garantia de trabalho decente. Isso demonstra que, ao menos em nível estratégico, o fenômeno passou a ser observado, a partir do início dos anos 2000, como questão de direitos humanos, não apenas um problema do espaço urbano e social (Filgueiras, 2020). Assim, neste artigo, compreendemos a visibilidade e sua potencial consequência, o reconhecimento, um meio que pode garantir a existência de indivíduos e grupos marginalizados, além de investimento público para seu bem-estar, dignidade e direitos, colocando em prática os objetivos e as ações do programa nacional voltados para essa população.

## METODOLOGIA

No contexto da tese de doutoramento, realizamos uma pesquisa teórico-empírica, situando o contexto histórico e social que possibilitou o desenvolvimento de uma sociedade tão desigual, extrativista, racista e machista, desde o surgimento do capitalismo até os dias atuais, além do papel dos arquivos e do patrimônio neste contexto, e, assim, criamos as bases para um estudo mais analítico do perfil e as narrativas contidas nele. Utilizamos, para esta segunda parte da análise, um recorte de 330 narrativas da página SP Invisível, entre 2014 e 2022. Extraímos ao todo 4 eixos principais de análise, quais sejam, dados estatísticos, classificação das narrativas por categorias, análise episódica das experiências narradas e casos complexos em que uma classificação única não seria capaz de refletir a realidade (Sotomayor, 2023).

Assim, para dar conta da subjetividade e complexidade deste trabalho, nossa estratégia metodológica foi inspirada no livro “Memórias da Plantação”, da psicanalista portuguesa Grada Kilomba. Essa obra foi publicada com base em sua tese de doutorado e investiga as diversas formas de racismo na perspectiva de gênero enfrentadas por suas entrevistadas, que narram suas experiências de forma livre. À medida em que elas vão trazendo suas experiências, a autora trabalha os tópicos identificados como centrais nas narrativas dessas mulheres, a partir dos episódios de racismo sofridos por elas, chamando essa análise de episódica (Kilomba, 2019).

Com base nessa pesquisa, centrada nas experiências do sujeito, optamos por realizar algo semelhante, analisando as histórias publicadas no perfil de Instagram SP Invisível. A partir do fio narrativo dos entrevistados e de certa repetição de eventos, perceptível também nessas narrativas, observamos dados relevantes que surgiram para análise e podemos dividi-los, didaticamente, da seguinte forma:

1. dados estatísticos que são possíveis de serem observados a partir dessas narrativas, tais como gênero, faixa etária, raça<sup>3</sup> e tempo de vivência nas ruas. Decidimos dividir, dentro de raça, os gêneros. Brancos, Brancas, negros e negras;
2. dados que encontramos a partir do fio narrativo, configurando as categorias principais que surgem nas diferentes histórias que encontramos<sup>4</sup>;
3. análise mais aprofundada sobre as experiências vividas por essas pessoas, a partir da experiência da netnografia focada apenas na análise dos *posts*, sem contar as interações dos internautas;
4. seleção de 1 história com categorias simultâneas que se apresentam nos textos, para mostrar a complexidade dessas narrativas e explicitar que, em alguns casos, a escolha da categoria é mais complexa do que em outras, mas que cada história traz uma riqueza de informações e dados que merece ser preservada.

---

3 Este dado é mais sensível, por se tratar de definição minha ao analisar as fotografias. Optei por colocar “negros, brancos e indígenas”, por compreender negros enquanto pretos e pardos. Não identifiquei indígenas ou amarelos nessas histórias.

4 Neste artigo não foi possível inserir todas as categorias, visto que são muito extensas, sendo possível encontrá-las na tese.



## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Um dos resultados foi a confirmação da hipótese de que o perfil SP Invisível possui relevância social, produzindo documentos arquivísticos digitais importantes para a memória dessa população, tão marginalizada e estigmatizada. Mas vamos além. Afirmar que são documentos de arquivo poderia sugerir apenas, por exemplo, que os detentores dessas páginas criaram um acervo arquivístico privado, conforme afirma o art.11 da Lei nº 8.159/1991, “Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (Brasil, 1991, *online*). Para nós, além disso, são considerados arquivos privados de relevância social, visto que, a partir de todo levantamento histórico-sociológico realizado nesta pesquisa, acervos que versem acerca desse tema são raros e, portanto, com o material produzido por esses grupos, seja na forma de uma ONG ou não, podem ser fontes relevantes para a história e o desenvolvimento científico sobre o tema no país (Brasil, 1991), e, mais ainda, podem servir de base para possíveis políticas públicas voltadas para essa população ou mesmo atualização de políticas já existentes, atuando no fortalecimento dos eixos supracitados do PNDH-3 ou no que concerne às políticas relacionadas à memória.

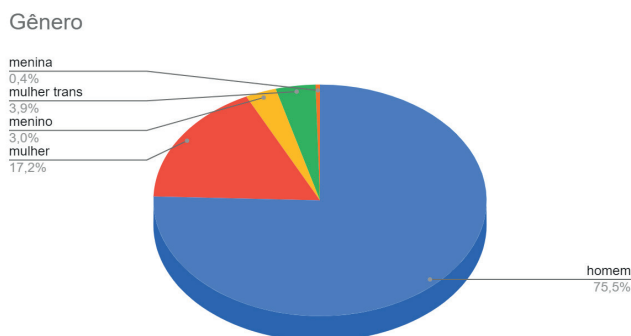
Desse modo, apesar de muitas dessas pessoas entrevistadas ainda estarem sujeitas a todo o tipo de violência por parte do Estado e da sociedade em geral, podem estar inseridas na memória coletiva com suas próprias vozes, de modo que seja possível compreender o cenário sociopolítico e os determinantes sociais que permitiram que uma parcela da população chegasse nessas condições de vida, além disso, afetados por essas histórias, os diversos atores envolvidos tenham ainda condições de se engajar para encontrar soluções que estejam de acordo com a justiça social e o bem comum.

Sendo assim, vamos aos dados estatísticos retirados das mais de 330 histórias de SP Invisível. Importante ressaltar que todos foram obtidos a partir da coleta feita nas narrativas das próprias pessoas em situação de rua que foram entrevistadas, de modo que, nessas entrevistas selecionadas, alguns não eram capazes de informar, por exemplo, idade ou tempo em situação de rua.

Historicamente, informações oficiais sobre a população em situação de rua são mais difíceis de registrar, de forma que um trabalho conjunto entre as cidades e os governos estaduais e federal, para essa coleta com base nos registros mensalmente disponibilizados pelos Centros Pop e equipes do CREAS, torna-se mais profícuo do que o próprio Cadastro Único, dado o fato de que nem todas as pessoas em situação de rua estão cadastradas (Natalino, 2022). Conforme aponta a Nota Técnica apresentada pelo IPEA em 2022, “é importante ressaltar que o que é possível medir, *stricto sensu*, é o número de pessoas em situação de rua que o Estado consegue enxergar” (Natalino, 2022, p. 10).

Por isso, mesmo a coleta de dados estatal apresenta uma estimativa da realidade, visto que depende da capacidade dos órgãos governamentais de rastrear essas pessoas. Nesta pesquisa, os dados coletados têm base nos relatos extraídos do perfil SP Invisível e apresentam a realidade dentro de um pequeno recorte que precisa ser periodicamente atualizado, já que é uma questão dinâmica.

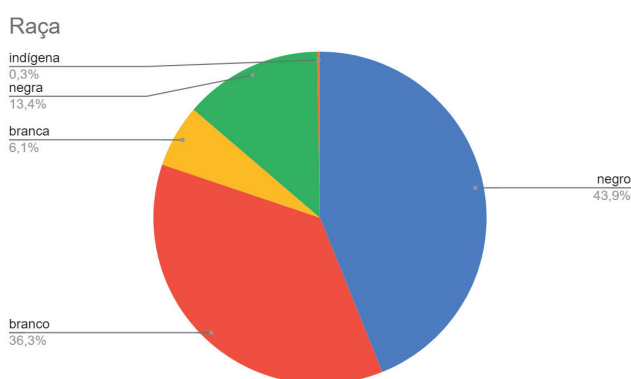
### GRÁFICO 1 – Gênero



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

A partir das histórias analisadas, foi possível confirmar que existem muito mais homens nas ruas do que mulheres cis ou trans, mas foi surpreendente a presença de meninos, ainda no fim da infância ou já adolescentes, na cidade de São Paulo.

### GRÁFICO 2 – Raça



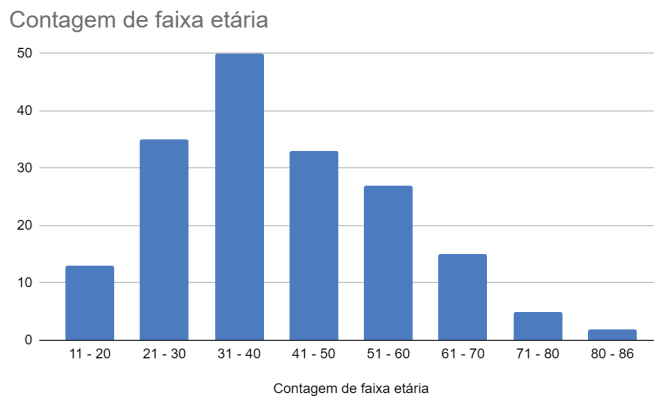
Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Neste tópico, por não obtermos essas informações nas narrativas, e, sim, nas fotografias, optamos por utilizar a definição de negros para pretos e pardos. Além disso, dividimos entre brancos e brancas, negros e negras (indígena apenas uma história foi localizada), para que possamos analisar a presença dessas raças combinadas com os



gêneros feminino e masculino. Aqui, mulheres trans estão identificadas como brancas ou negras também. Ao juntarmos os percentuais, percebemos a presença de 42,4% de pessoas brancas contra 57,3% de pessoas negras. Além disso, há pouco mais que o dobro de mulheres negras nas ruas, em comparação com o público feminino branco.

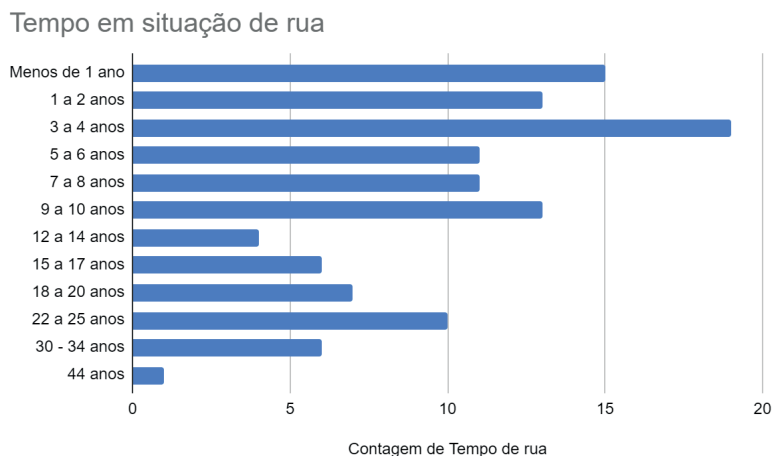
### GRÁFICO 3 – Faixa etária



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Nesse gráfico, é possível observar que a faixa etária mais recorrente é entre os 31 e 40 anos, mas a rua apresenta, ainda assim, extremos de faixas etárias, de crianças de 11 anos até idosos acima de 80 anos. Isso sem contar as crianças menores, filhas e filhos de alguns dos entrevistados que estavam com os filhos nos braços ou os mencionaram em suas biografias como sendo seus pequenos companheiros, expostos a todos os riscos e perigos das ruas. Esses dados correspondem ao recorte temporal de 2014 até 2022, então, hoje, essas idades já estão atualizadas. Nem todas as entrevistas continham essa informação.

### GRÁFICO 4 – Tempo em situação de rua



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

São dados chocantes. Pessoas capazes de viver em situação de rua por mais de 10, 20, 30 anos. Em alguns relatos, as pessoas afirmavam estar nas ruas desde tenra infância. Outras tantas, depois de anos de trabalho, chegavam às ruas. E quanto mais tempo ficam nas ruas, mais difícil é sua saída. Esses dados correspondem ao recorte temporal de 2014 até 2022, por esse motivo, atualmente, esses períodos em situação de rua já estão atualizados ou, com sorte, algumas dessas pessoas não estão mais vivendo nas ruas.

#### Análise qualitativa das 330 histórias de SP Invisível

Neste tópico, realizamos a análise netnográfica dessas histórias, a partir da observação da profundidade que as narrativas trazem, para além de dados ou categorias classificatórias, importantes também para possibilitar a pesquisa futura, a preservação digital ou até mesmo a criação ou a atualização de políticas públicas. No entanto, a análise da densidade dessas histórias também não pode ser deixada de lado, visto que se trata de sujeitos narrando sua própria trajetória, atravessados por diversas questões sociais e psicológicas que os levam até essa situação ou os mantêm ali. Cada uma dessas histórias descortina diversos problemas sócio-históricos do Brasil.

Após essa análise mais geral, que denominaremos de impressões da pesquisa, iremos focar em 1 história especificamente, que traz múltiplas categorias de análise, dada sua complexidade.

## QUADRO 1 – Impressões da pesquisa

<b>Violência</b>	Em muitos relatos, os entrevistados narram que não têm uma noite de sono tranquila porque precisam estar atentos a diversas formas de violência que podem surgir: roubo de pertences por parte dos demais; e violência policial, que se pode traduzir em insultos, violência física, retirada de pertences e acordar com água gelada. Além disso, muitos falaram do medo constante de serem queimados, uma prática infelizmente comum contra pessoas em situação de rua. Curiosamente, alguns relataram que a gestão de Fernando Haddad também era caracterizada por muita violência policial, mas perceberam uma piora significativa na gestão Dória. Ou seja, sendo um governo de esquerda ou direita, sentiam-se negligenciados. Mostram que a alteração são alguns serviços de assistência social desmontados com a gestão Dória, mas a violência sistemática da polícia não apresenta grandes diferenças. Casos de roubos de documentos são particularmente emblemáticos, porque tiram das pessoas qualquer chance de emprego, sua identificação e esperança de sair dessa situação.
<b>Pauperização</b>	Algumas famílias são expulsas de ocupações, sem qualquer preparo por parte da prefeitura, e vão parar nas ruas por não terem mais para onde ir. Outras, devido a enchentes que destroem suas casas precárias, deslizamentos ou incêndios. Em boa parte dos casos, o desemprego surge como propulsor para essas pessoas chegarem à situação de rua, seja devido à pandemia ou à crise, muitas foram para a rua por perderem seus empregos. Em 2017, foi possível observar alguns relatos da percepção das próprias pessoas em situação vulnerável acerca do aumento da população em situação de rua. Além de aparecer um <i>post</i> de uma família com 3 filhas que perderam tudo, curiosamente, identificamos também alguns casos de pessoas que perderam seus empregos porque adoeceram ou sofreram acidentes, o que confirma dados em capítulos anteriores sobre a maneira como a lógica neoliberal enxerga as pessoas: como peças substituíveis. Casos de migrantes de várias regiões do país, principalmente do Nordeste, que chegam a São Paulo em busca de trabalho ou devido a promessas de emprego, mas são enganados e se veem sem ter para onde ir. Retornar ao mercado de trabalho é mais difícil ainda, pois, por não possuírem um endereço fixo e não conseguirem se manter asseados e com roupas adequadas, muitos estabelecimentos não os aceitam para trabalhar.
<b>Política</b>	Segundo os relatos, as pessoas nessa situação se sentem abandonadas pelo Poder Público e muito desiludidas com a política, acreditando que só há roubo e descaso. Nas eleições presidenciais de 2018, sentiam-se muito confusas, pois muitas afirmavam que só votariam <sup>5</sup> no candidato Luiz Inácio Lula da Silva, e, com ele preso, restaria o Haddad, justo o político que, em sua experiência, as deixou abandonadas diante da violência policial. Em 2022, os relatos de esperança num novo governo Lula apareceram.
<b>Pandemia</b>	A pandemia de Covid-19 foi uma tragédia em diversos níveis. Nesses relatos, era comum ler histórias de pessoas que perderam o emprego por conta da pandemia e outras de aumento de preconceito, porque muitos imaginavam que as pessoas em situação de rua seriam transmissoras da doença. Percebiam sentimentos de nojo por parte de algumas que passavam pela rua. Com o <i>lockdown</i> , não tinham mais acesso a lugares para realizar coleta de recicláveis, já que os estabelecimentos fecharam, as doações diminuíram consideravelmente e viram alguns colegas morrerem em decorrência da doença, já que eram grupo de risco por viverem sem acesso à higiene básica e sem possibilidade de isolamento. Mostraram-se ansiosos pela chegada das vacinas, pois sabiam que eram extremamente vulneráveis a essa doença.
<b>Albergues</b>	Os albergues deveriam ser lugares de acolhida, no entanto, os relatos das pessoas em situação de rua eram de descaso, falta de estrutura e perigo de roubo. Muitas só dormem em albergues em noites de muito frio, porque se sentem maltratadas, dormem amontoadas, tomam banho frio e recebem um café da manhã ruim. Com o avanço da pandemia, tinham mais medo ainda de ficarem fechadas nesse tipo de local, com muita gente dormindo num mesmo ambiente, mas algumas vezes não tinham muito o que fazer, devido ao frio do inverno de São Paulo, e dormiam lá mesmo com medo da Covid-19.

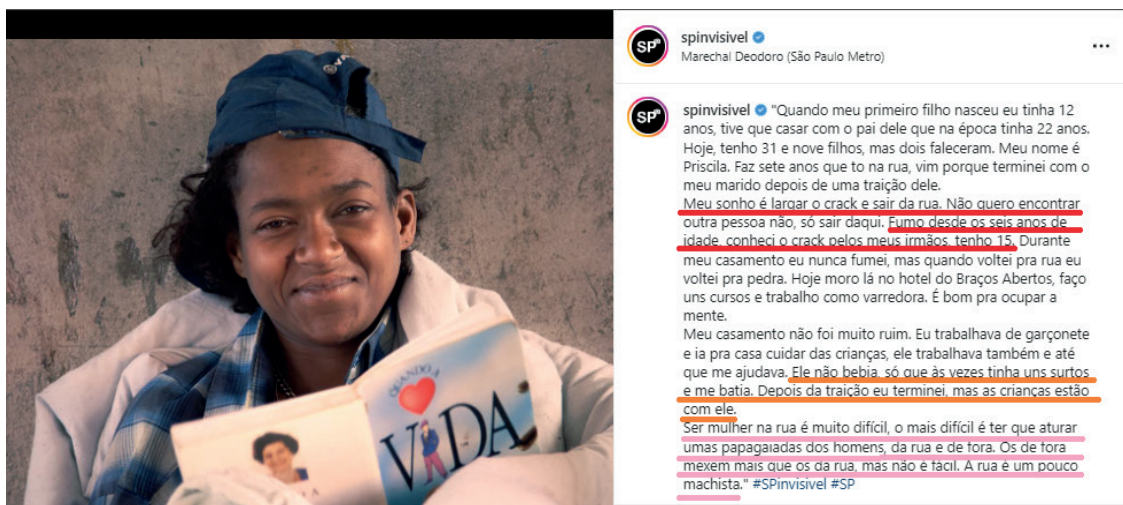
5 Os entrevistados não esclarecem se de fato iriam comparecer às eleições ou se expressavam uma opinião ou desejo.

<b>Catadores de materiais recicláveis</b>	A reciclagem é a grande fonte de renda de boa parte dos entrevistados e alguns deles relatam sofrer preconceito por conta de sua profissão e desconhecimento por parte da sociedade em geral acerca de seu trabalho. Trabalham por horas carregando peso para conseguir dinheiro suficiente para ao menos comer alguma refeição ao longo do dia. Os mais idosos relatam a dificuldade que é trabalhar com isso tendo problemas de saúde, numa fase da vida que deveriam descansar.
<b>Drogas</b>	O tema das drogas é muito recorrente nas narrativas. Infelizmente, enquanto essa questão não for tratada como saúde pública, poucas soluções teremos para isso. Para essa temática, há de tudo: as pessoas que iniciam em tenra idade no vício, devido à influência de pais ou demais familiares; as que, chegando nas ruas, encontram nas drogas uma forma de suportar a dificuldade de viver nessa situação; aqueles que começam por curiosidade e perdem tudo por causa do vício e vão para as ruas. Fato é que, principalmente quando se trata do <i>crack</i> , há uma dificuldade enorme de se livrar do vício, e realmente os dependentes necessitam de uma motivação para sair dessa situação e não voltar – seja uma relação amorosa, um animal de estimação, enfim, algum laço afetivo. Há relatos verdadeiramente chocantes, como de um senhor que viu uma mãe amamentando seu bebê com um cachimbo de <i>crack</i> na boca. A droga, sendo a porta de entrada para a rua ou mais um dispositivo que impede as pessoas de saírem das ruas, é um problema que precisa ser resolvido pelo olhar da saúde pública, considerando os fatores psicológicos e físicos. Violência não vai resolver essa questão, pois o tráfico não se resolve batendo em traficantes e usuários na chamada “cracolândia”.
<b>Egressos do cárcere</b>	Alguns dos relatos de ex-presidiários são bastante semelhantes. Eles saem da cadeia após cumprirem suas penas e depois não têm para onde ir. Raramente são aceitos em empregos formais e ficam pelas ruas. Alguns poucos afirmam perder a noção do tempo, não sabem a idade que têm, nem o tempo que se encontram em situação de rua. Outros afirmam não ter mais sonhos, quando perguntados sobre isso. Quando ainda há espaço para sonhos, afirmam, em geral, desejar uma casa, comida na mesa, “entrar” novamente na sociedade, pois, embora façam parte dela, se sentem apartados.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

## Post contendo múltiplas categorias de análise

FIGURA 1 – Múltiplas categorias de análise



Fonte: Spinvisivel (2015).

A história da Priscila traz diversas categorias e informações, todas muito graves. Ela começa contando sobre sua primeira gestação, aos 12 anos, o que configura, dentro das nossas categorias, uma espécie de **violência de gênero**, mais precisamente, estupro de vulnerável, por um homem adulto de 22 anos, com o qual ela afirma que teve de se casar. Essa jovem de 31 anos teve 9 filhos, mas 2 faleceram. Ela afirma que sai de casa e vai morar na rua devido a uma traição do marido.

Na segunda parte de seu relato, afirma que deseja se livrar do **vício no crack**, vontade muito frequente entre os entrevistados que convivem com a dependência química. E, então, Priscila dá mais sinais de que vem de uma família já desestruturada a partir da frase “fumo desde os 6 anos de idade, conheci o *crack* pelos meus irmãos, tenho 15”. Nesta frase, existem muitas informações conjuntas: desestruturação familiar, atentado contra a infância e dependência química. Essa moça perdeu sua infância aos 6 anos, pois ainda em tenra idade tem seu primeiro contato com a droga. Quem ofereceu essa droga, ou no mínimo apresentou pelo exemplo, foram seus irmãos mais velhos, que já estavam nesta situação antes dela, e não sabemos também quando começaram. Por último, afirma que são 15 irmãos, o que, por si só, é um dado alarmante que afirma, no mínimo, que ela vem de uma família sem qualquer planejamento.

Priscila conta que o casamento não era ruim, pois o marido “só” batia nela (**violência de gênero**) quando tinha surtos, dando a entender que ela não achava que isso fosse um problema, que na verdade eram eventos pontuais. O que a levou à separação foi a traição, e não a violência em si, pois, no contexto de uma sociedade machista e patriarcal, a violência contra a mulher é muitas vezes justificada pela própria vítima. Já na rua, afirma que a experiência de ser mulher em si é muito difícil (a própria questão da pobreza menstrual está implícita). Contudo, o mais difícil é lidar com o **machismo** que se manifesta com as insinuações masculinas por parte de quem vive nas ruas e, principalmente, de quem não vive nas ruas, e que, segundo ela, se trata da maioria dos casos. Numa sociedade patriarcal, muitos homens se sentem no direito de tratar as mulheres como objetos desde crianças, e, quanto mais vulneráveis essas meninas e mulheres estão, mais desrespeito e violência de todos os tipos as acometem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a importância do ativismo e da união de corpos que se voltam em prol de uma sociedade mais justa e igualitária é mandatório, se quisermos um mundo habitável para os nossos descendentes, visto que não há como prosseguir vivendo numa sociedade em que os recursos naturais vão sendo esvaziados nas mãos de pouquíssimas pessoas que detêm uma riqueza obscena, enquanto milhares passam fome. Não é sustentável viver assim. Portanto, as histórias dessas pessoas, que parecem tão distantes de nós, são também as nossas histórias, são a história da nossa sociedade e de sua decadência. A verdade é que,

ao nos depararmos com pessoas tão destituídas de direitos, não temos como não sentir o incômodo pela assombrosa realidade que nos ronda, a de que mesmo o mais próspero não está isento de uma futura queda (Bauman, 2008).

Segundo Duff, Flinn, Suurtamm e Wallace (2013), esse nexos entre justiça social, arquivos e mudanças é em parte possível por conta das informações que são trazidas do passado para nos orientar na forma como agir no presente. E, mesmo que esses registros digitais sejam bem recentes, a informação que trazem carrega em si questões antigas e que podem orientar pessoas no futuro a trabalhar esses temas. Além disso, é necessário também, segundo os autores, que sejamos capazes de abrir nossos horizontes quanto aos métodos que empregamos para avaliar o impacto desses acervos, pois talvez seja mais apropriado uma abordagem mais crítica, analítica e interpretativa do que quantitativa (Duff *et al.*, 2013). Coadunamos com essa visão proposta pelos autores acima citados, visto que, para nós, é o potencial dos arquivos como instrumento de justiça social e direitos humanos que norteia esta pesquisa.

A UNESCO, em 2003, para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial em sua 32ª sessão, realizada em Paris (UNESCO, 2003a), trata precisamente das manifestações culturais passadas de geração em geração nas comunidades tradicionais ou, até mesmo, o chamado saber-fazer relacionado à confecção de algum objeto. No mesmo ano, foi elaborada a Carta sobre a preservação do patrimônio digital, que define os objetos digitais como podendo ser imagens fixas ou em movimento, gravações sonoras, páginas da *web* etc. (UNESCO, 2003b). Contudo, o patrimônio precisa ser construído junto das pessoas, porque é sempre construído por pessoas, mas muitas vezes justamente os sujeitos a quem se destina o patrimônio são excluídos desse processo. Para nós, não se trata simplesmente de afirmar que este acervo é um patrimônio digital, mas enquadrá-lo no foco da cidadania patrimonial, conceito que dá conta da capacidade operativa por parte de certos grupos sociais de construir estratégias de interação, seja de adesão ou negação às políticas patrimoniais, em âmbito local, nacional ou internacional (Lima Filho, 2015).

O patrimônio, material, imaterial ou digital, só faz sentido se for fruto dessa interação com as políticas emanadas pelos órgãos com atuação da sociedade, objetivando trazer benefícios para os grupos em questão, de modo que esse processo seja inclusivo, e não exclusivo. Assim, “[...] o reverso do patrimônio tem lugar na cidadania patrimonial, potencializando a cidadania insurgente” (Lima Filho, 2015, p. 140). Diferente dos arquivos tradicionais, o perfil dos “Invisíveis” pode ser capaz de representar esses subalternos, não como instituições que falam por quem está em situação de marginalidade social, mas a partir de uma construção conjunta para que essas pessoas sejam capazes de falar por si mesmas sobre suas trajetórias e tenham a oportunidade de ter suas histórias de vida registradas, associadas às fotos que foram construídas também em conjunto e com seu consentimento, e não em posições ou situações degradantes.



A luta dessas pessoas foi notada pelos diversos ativistas digitais que deram origem aos perfis dos “invisíveis”. Utilizar-se do conhecimento adquirido dentro de uma universidade pública para, de alguma forma, ser mais um braço nessa rede é também retribuir à sociedade o que ela investiu, a partir de uma ética pautada na generosidade e na justiça social.

## **REFERÊNCIAS**

BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. **Lei 8.159, de 8 de Janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 8 jan. 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm). Acesso em: 7 maio 2023.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BUTLER, J. **Corpos em Aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2018. ISBN 978-85-200-1372-4.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2015. ISBN-10, 8520009654.

DI FELICE, M. **Net – ativismo**: da ação social para o ato conectivo. 1. ed. São Paulo: Paulus Editora, 2017. ISBN: 978-85-349-4574-5.

DUFF, W.; FLINN, A.; SUURTAMM, K. E.; WALLACE, D. **Social justice impact of archives**: a preliminary investigation. Archives and Museum Informatics, v. 13, n. 4, Dec. 2013. ISSN: 1573-7500,1573-7519. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/257519896\\_Social\\_justice\\_impact\\_of\\_archives\\_A\\_preliminary\\_investigation](https://www.researchgate.net/publication/257519896_Social_justice_impact_of_archives_A_preliminary_investigation). Acesso em: 10 maio 2023. DOI: 10.1007/s10502-012-9198-x.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1984.

HUYSSSEN. **A. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

KILOMBA G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

FILGUEIRAS C. A. C. Moradores de rua: um problema público invisível e hipervisível nas cidades brasileiras. **Revista Colombiana de Sociologia**, v. 43, n. 2, p. 109-127, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rcs.v43n2.82865>. Acesso em: 9 fev. 2024.

LIMA FILHO, M. F. Cidadania Patrimonial. **Revista Anthropológicas**: Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFPE, ano 19, v. 26, n. 2, p. 134-155, 2015. ISSN 1516-7372. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23972/19475>. Acesso em: 10 maio 2023.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: Ed. n1 Edições, 2018.

NATALINO, M. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)**. Brasília: IPEA, 2022. 24 p. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT\\_Estimativa\\_da\\_Populacao\\_Publicacao\\_Preliminar.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf). Acesso em: 9 fev. 2024.

SOBRINHO, W. P. Homens são 85% dos moradores de rua em SP; 70% são negros e há 386 trans. **UOL**. São Paulo. 31 jan. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/01/31/homens-sao-85-dos-moradores-de-rua-em-sp-70-e-negra-e-ha-386-trans.htm>. Acesso em: 9 fev. 2024.

SOTOMAYOR, M. T. M. P. **Patrimônio digital, Movimentos Sociais e os Marginalizados**: tecendo redes entre memória e arquivo. 2023. 166 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SOTOMAYOR, M. T. M. P. **Rio Invisível e as Narrativas Visuais sobre a População em Situação de Rua da cidade do Rio de Janeiro**. 2018. 128 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SPINVISIVEL. **Instagram**, 31 ago. 2015. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/7Eg0mTK\\_NN/](https://www.instagram.com/p/7Eg0mTK_NN/). Acesso em: 29 abr. 2024.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Carta sobre a preservação do patrimônio digital**: UNESCO. 2003a. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/legal-affairs/charter-preservation-digital-heritage>. Acesso em: 5 abr. 2023.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**: Paris, 2003b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.